

GUERRA FRIA: O PARADIGMA INTERVENCIONISTA E A POLÍTICA DE ESPIONAGEM EM UM CONCERTO BIPOLAR

Josiane De Lima¹

RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo o período da Guerra Fria, no qual, busca-se analisar o paradigma intervencionista que ambas as superpotências assumiram a fim de garantir sua zona de influência, em um concerto bipolar. A pesquisa se dá através de um panorama histórico, de uma análise comparativa entre distintos autores da ciência política e, por fim, de um estudo de caso envolvendo o modelo intervencionista e a política de espionagem norte-americana, no contexto da Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra Fria. Intervencionismo. Golpe Militar. EUA. União Soviética.

ABSTRACT

This article has as its object of study the period of the Cold War, which seeks to analyze the interventionist paradigm that both superpowers took to ensure their area of influence, in a bipolar concert. The research takes place through a historical overview, a comparative analysis between different authors of political science, and finally, a case study involving the north-American intervention model and political espionage, in the Cold War context.

Keywords: Cold war. Interventionism. Military Coup. United States. Soviet Union.

1 INTRODUÇÃO

A Guerra Fria marcou um período na história das relações internacionais permeado pelo terror nuclear, mas com fortes traços de estabilidade e regulamentação da ordem mundial. Do ponto de vista estrutural, a bipolaridade do sistema permitiu que as duas forças prevalentes pudessem controlar, de forma legítima, outros Estados – em um arranjo coercitivo ou diplomático –, elevando uma condição próxima a uma *divisão do mundo*. Durante as mais de quatro décadas que a Guerra Fria persistiu, o mundo se mostrou compatível com uma série de acontecimentos e fenômenos que conduziram ao desfecho do conflito. Cita-se como tais acontecimentos: a descolonização de territórios afro-asiáticos e, conseqüentemente, a ampliação do número de membros da ONU; implementação de regimes ditatoriais na

¹ Acadêmica do quinto semestre do curso de graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa. e-mail <teacher.josi@yahoo.com>.

América Latina, tendo o fim destes, pós-guerra; movimentos e conflitos esparsos, como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã; a crise econômica, em meados de 1970, resultando na erosão da hegemonia norte-americana, e, posteriormente, busca de reestruturação da mesma e retorno a uma política ofensiva, entre outros marcos.

Neste contexto, através do presente estudo, busca-se apontar o paradigma intervencionista que ambas as superpotências assumiram a fim de garantir sua zona de influência globalmente. Entre as medidas utilizadas, elevam-se intervenções indiretas, suporte naval e militar, políticas diplomáticas e/ou de espionagem, e quaisquer outras manobras que se fizessem oportunas na validação da soberania de seu Estado.

Após traçar um panorama histórico do conflito, é feita uma análise política com base nos pensadores políticos: Maquiavel, Bodin e Hobbes. Tal estudo visa a justificar, com base no realismo (seja este defensivo ou ofensivo), o modelo intervencionista assumido por ambas as potências. Tal paradigma é exemplificado, no último capítulo, com o estudo de caso da intervenção do governo estadunidense nos golpes civis-militares na América Latina, em especial, no Brasil (em 1964). Destarte, este estudo tem como pressuposto ir além de uma mera narrativa histórica, mas fomentar uma base teórico-política acerca do assunto, assim como discutir os argumentos frente às ingerências aplicadas pelos Estados Unidos e União Soviética durante os anos da Guerra Fria.

2 PANORAMA HISTÓRICO GERAL DA GUERRA FRIA

Ao analisarmos o cenário mundial no decorrer da Guerra Fria, é necessário, primeiramente, compreender a dinâmica entre as duas grandes potências – Estados Unidos e União Soviética –, bem como os fatores que conduziram ao rompimento da Grande Aliança, e, posteriormente, à formalização deste conflito. Na presente análise, a Guerra Fria será dividida em três fases: (1) Tensionamento, (2) Coexistência pacífica, e (3) Nova Guerra Fria.

Esta primeira fase de tensões tem como antecedente o desenrolar do desfecho da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). As conferências de Yalta e Potsdam foram instrumento para o debate de questões acerca da reorganização internacional no pós-guerra. A conferência de Yalta, realizada em fevereiro de 1945, todavia, assumia um caráter mais diplomático, contando com a presença de Churchill (Inglaterra), Roosevelt (Estados Unidos) e

Stalin (União Soviética). Ao passo que a conferência de Potsdam, ocorrida em julho do mesmo ano, emergiu com uma abordagem mais rígida e tensa ao ter o presidente norte-americano Harry Truman assumindo o controle da Casa Branca. Os acordos referendados em Yalta, por conseguinte, perderam sua relevância, evidenciando uma clara alteração na política externa estadunidense frente as suas relações internacionais, em especial, com a União Soviética.

O palco internacional será marcado, então, pelo antagonismo, possuindo dois Estados dirigentes. Estados estes que partilhavam o desejo de atingir o topo da hierarquia internacional, ou seja, sua consolidação como detentor do equilíbrio de poder, mas que divergiam profundamente – embora fossem igualmente relevantes – em suas tendências políticas, sua capacidade econômica e seu poderio militar. Ainda que ambos os países sustentassem o status de superpotência – após a queda da Alemanha nazista – a hegemonia norte-americana era incontestável, em especial nos primeiros vinte anos do pós-Segunda Guerra. Nota-se que o PIB dos Estados Unidos constituía-se em três vezes mais que o da União Soviética, oito vezes o da Alemanha Ocidental e o da França e doze vezes o do Japão, em 1950. (KENNEDY, 1989, Tabela 36, p. 353). Neste âmbito, os valores capitalistas e a primazia econômica dos Estados Unidos aliados à justificativa da difusão global da democracia, no arcabouço de sua pseudo-visão política de igualdade e justiça para todos, logravam uma posição aos EUA impossível de ser alcançada.

Ademais, a elaboração do Sistema de Bretton Woods – com as conferências de Bretton Woods, em julho de 1944 – promoveu a estruturação de duas fortes entidades econômicas internacionais, a saber, o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). A ONU (Organização das Nações Unidas, 1945) como substituta da Liga das Nações, o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, 1947), a OTAN (Organização do Atlântico Norte, 1949), juntamente com a Doutrina Truman² e o Plano Marshall³ (1947) integrariam, concomitantemente, o novo cenário. Tais organismos seriam criados a fim de manter a ordem mundial, auxiliar financeiramente os Estados em processo de reconstrução e salvaguardar a segurança global,

² A Doutrina Truman, de autoria do presidente norte-americano Harry Truman, visava a assegurar a entrada de capital na devastada Europa pós-Segunda Guerra. Tal doutrina agiria como ferramenta de influência sob os Estados europeus frente à rival União Soviética e sua política socialista.

³ O Plano Marshall, promovido pelo ex-secretário norte-americano George Marshall, foi lançado como um plano econômico para reconstrução e estabilização da Europa atuando de forma complementar a Doutrina Truman.

ao menos na teoria. Estes se elevaram, entretanto, como alicerce para muitos dos interesses norte-americanos, considerando a ascendência e poder de influência que os Estados Unidos possuíam na esfera destas organizações. Nesse sentido, um dos aspectos primordiais da Guerra Fria constitui-se na *Pax Americana*, onde o monopólio da tomada de decisões estratégicas concentrava-se nas mãos norte-americanas. Ainda que a URSS, como resposta, tenha formado a COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua, 1949) e o Pacto de Varsóvia (1955), visando à integração econômica e militar, respectivamente, das nações do Leste Europeu.

No caso da União Soviética, embora como resultado da II Guerra Mundial, o Estado tenha obtido relativa legitimidade para ter voz na ordem mundial, suas inclinações socialistas afetavam sua concepção de mundo, assim como suas relações com outros países. Logo, com base na ascendência estadunidense e na nuvem de incertezas em relação às ações governamentais soviéticas, tornava-se conveniente para os Estados Unidos, passar a utilizar, em seus discursos, o axioma da “ameaça comunista” como desafio e ator inimigo. Ao contemplar a discrepância na visão política dos dois países, as divergências entre os aliados ocidentais e soviéticos, acerca de questões relacionadas à reorganização da ordem mundial, constituem as origens da Guerra Fria.

O período da Guerra Fria, em específico em sua fase inicial, ainda que não tenha sido caracterizado por combates militares diretos, incorporou conflitos de abrangência global e ingerência indireta dos dois Estados dirigentes, como a Guerra da Coreia e a Guerra do Vietnã. A rivalidade bipolar, desta forma, ultrapassou os limites geográficos no Cone Norte, expandindo-se para o mundo.

A Guerra da Coreia (1950-53) dividiu o território em duas zonas de influência: a Coreia do Norte comunista (apoiada pelos soviéticos e comunistas chineses) e a Coreia do Sul capitalista (apoiada pelos Estados Unidos). Após diversas ofensivas de ambas as frentes, e, simultaneamente, negociações de paz (efetuadas desde 1951), em julho de 1953, a guerra foi concluída com um armistício, porém sem nenhum acordo real de paz assinado. Segundo Christian Lohbauer, “a Coreia foi o caso teste para determinar a demarcação de esferas de influência concorrentes ainda em processo de formação.”

A Guerra do Vietnã (1955-75) também teve seu início na primeira fase da Guerra Fria, porém estendeu-se por décadas. Esta foi procedente de uma complexa colonização francesa sob o território da Indochina (atualmente: Vietnã, Laos e Camboja), o qual havia sido

ocupado pelos japoneses durante a II Guerra. Assim, após 1945, os franceses reivindicaram a região antes sob sua jurisdição, indo contra as medidas já implantadas internamente pelos revolucionários de viés comunista, os *Viet Minh*. O desfecho da tentativa francesa sucedeu-se em 1954, com a derrota dos franceses e a rendição da batalha aos norte-americanos, em uma guerra justificada não apenas contra o colonialismo, mas pela busca à democracia. Através do Acordo de Genebra (1966), o território seria partilhado em Vietnã do Sul – sob a influência capitalista – e Vietnã do Norte – como alvo de ingerência soviética. A China, concomitantemente, atuaria no lado comunista do conflito, apoiando os Vietcongs, dada sua adesão ao socialismo e aliança com o governo soviético mediante a Revolução Chinesa (1949). No decorrer da guerra, o envolvimento militar dos EUA intensificou-se consideravelmente, elevando também seus dispêndios e pressão interna para a suspensão da intervenção. Apenas em 1973, as tropas estadunidenses foram retiradas, tendo a continuidade da deflagração entre norte e sul-vietnamitas até 1975, quando a República do Vietnã do Sul deixou de existir e as forças comunistas (ainda que com mais de três milhões de baixas) saíram vitoriosas.

A transição deste momento de tensões para uma coexistência pacífica foi permeada por uma relativa alteração conjuntural, em que a estrutura permanecia bipolar. Entretanto, a conjuntura evidenciava uma busca de outros Estados ao não alinhamento absoluto com nenhuma das superpotências, exemplificando-se pela Conferência de Bandung (1955) na Indonésia – contando com 27 países asiáticos e seis africanos – e o Movimento dos Não Alinhados (1961), no qual o Brasil atua como observador. Ademais, o contínuo processo de descolonização afro-asiática, incluindo a independência de importantes colônias como Índia (1947), Indonésia (1949), Malásia (1957), entre outros, revelava uma lacuna no paradigma imperialista das antigas metrópoles europeias. O findar desta fase inicial abrangeria o evento mais próximo de um conflito armado direto, conhecido como Crise dos Mísseis, em outubro de 1962, em que seria descoberta por Washington uma plataforma de mísseis implantada pelo governo soviético em Cuba. Após uma série de tensas negociações, o presidente norte-americano John Kennedy chegaria a um acordo com o chefe de Estado soviético Mikail Krutchev visando à retirada dos mísseis, de um lado, e a não intervenção da Casa Branca sob Cuba, do outro.

A coexistência pacífica teve como pano de fundo o declínio econômico tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos, considerando que este último saíra em um uma situação

desfavorecida da Guerra do Vietnã. Ademais, a recuperação da Alemanha e do Japão levaria estes países a uma posição mais elevada de concorrência com os Estados Unidos. O padrão dólar-ouro e o Sistema de Bretton Woods acabariam, em 1971, com a declaração do presidente Nixon, dada a incompatibilidade do volume de emissão monetária norte-americana frente as suas reversas, resultando em um câmbio altamente flutuante. Tal evento estava interligado aos dois Choques do Petróleo, em 1973 e 1979, e a conflitos no Oriente Médio como a Guerra de Yom Kippur (1973) e a Revolução do Irã (1979). Em 1979, com a Guerra do Afeganistão, a ocupação soviética do território conduziria a um dispêndio imenso para o governo da URSS, a fim de sustentar o conflito. Alguns historiadores consideram o Afeganistão, neste episódio, como o Vietnã soviético, sendo uma das razões do declínio da superpotência.

A última fase do conflito pode ser intitulada de “Nova Guerra Fria”, a qual incorporou uma alternância da conjuntura anterior, com um retorno a corrida armamentista, assim como incremento na corrida espacial. Uma das razões para esta mudança relacionava-se a entrada na presidência norte-americana de Ronald Reagan, com uma política mais agressiva; Reagan caracterizava tal política como o “renascimento do nacionalismo norte-americano” (Lohbauer). Ao passo que na URSS – inserida em um cenário permeado pela acentuada estagnação econômica, como também pela crise da ideologia socialista –, Gorbachev, na década de 80, implanta as estratégias da *Perestroika* (transparência econômica) e *Glasnost* (reestruturação política). A Guerra Fria, assim, assume uma nova face: a *détente* soviético-americana.⁴ Ainda que esta hodierna abordagem soviética tenha alcançado bons resultados externamente – visão mais diplomática da URSS frente à comunidade ocidental –, internamente, a situação era adversa. A *Perestroika* não logrou atingir o avanço econômico necessário e a *Glasnost* acabou por promover um espaço (antes inexistente) em que a população, moderadamente, expressava e enaltecia seu descontentamento frente ao regime socialista e a União Soviética em si, ou seja, um intenso clima de desmoralização ideológica brotava na nação soviética. Neste contexto, a desagregação da URSS, a queda do Muro de Berlin (1989), o colapso do socialismo, o fim do Pacto de Varsóvia e a permanência das dificuldades financeiras na União Soviética socialista e sua área de influência, mostravam-se

⁴ Período iniciado em 1986, o qual era caracterizado por uma série de negociações diplomáticas entre os Estados Unidos e a União Soviética, acerca de temas como o desarmamento – em oposição à corrida armamentista –, a busca pela paz e uma real cooperação comercial e financeira. Com esta articulação, Gorbachev visava a reformar a imagem negativa que expressada pela URSS no âmbito internacional.

como consequências inevitáveis. Destarte, com o fim da Guerra Fria, tendo os EUA – e seus valores capitalistas – saindo como vitoriosos, emergia uma visão do período Pós-Guerra Fria (década de 90), por alguns, não como uma transição, mas sim como a solidificação da liderança global norte-americana e seu modelo intervencionista.

3 O MODELO INTERVENCIONISTA FRENTE À CIÊNCIA POLÍTICA

O conflito bipolar da Guerra Fria abrangiu uma política das superpotências – Estados Unidos e União Soviética – caracterizada por um comportamento de intervenções indiretas e medidas visando à arrecadação de zonas de influência, capitalista ou socialista, movidas pela manutenção da soberania dos dois Estados. O modelo intervencionista utilizado pode ser justificado, na ciência política, por autores de cunho realista que enaltecem a soberania como princípio, a busca pelo poder absoluto, a razão sobrepondo a moral, o uso da força, e quaisquer outros conceitos a fim de preconizar a preponderância do Estado como ator majoritário, no âmbito doméstico, e interventor, no cenário global.

No arcabouço da ciência política, observa-se a obra dos autores Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) da Itália, Jean Bodin (1529 – 1596) da França e Thomas Hobbes (1588 – 1679) da Inglaterra. Em uma análise comparativa entre as teorias, aponta-se uma abordagem quanto à resolução de problemas no que concerne ao Estado, muito distinta, segundo Eduardo Bittar. Leia-se:

Os três pensadores propõem o fortalecimento do poder, sua centralização, como forma de conferir maiores poderes ao Estado. (...) No entanto, Bodin tem solução que passa pela via de Direito, Maquiavel tem solução que passa pela ideia de virtude, e Hobbes propõe a delegação completa de poderes e autonomias de governo ao soberano. (BITTAR, 2011)

A obra de Maquiavel, ainda que apresente um caráter circunstancial, expressa, sem dúvida, conceitos de uso universal, no que concerne ao Estado e seu governante, em momentos de guerra ou paz, no campo da ciência política. O poder é colocado não de forma utópica, idealizada, mas realista, com viés empirista, assentando-se nas próprias práticas humanas. Ou seja, o poder é exposto da maneira como ele realmente é articulado, juntamente com as medidas necessárias para mantê-lo. A política dita por Maquiavel abrangeria uma

ética de fins e não de meios; a razão superior a moral, onde não haveria paz sem guerras. As ações exercidas por Washington e pelo governo soviético, durante a Guerra Fria, podem ser relacionadas, então, por esta evidente cisão entre ética e poder, segundo Maquiavel. Por conseguinte, o recurso a moral precedente a qualquer intervenção militar frente a outro Estado seria nulo, na justificativa da manutenção absoluta do poder exercido pelo governante.

O conceito político-jurídico de soberania – poder de mando de última instância, numa sociedade política⁵ – está no cerne da obra de Bodin, relacionando-se, nos dias atuais, a constituição dos limites soberanos do Estado moderno. Bodin exalta o amplo exercício da soberania, como o esqueleto das relações sociais, na qual o poder do soberano seria superior, independente, incondicional e ilimitado, visto que qualquer limitação revelaria uma incompatibilidade com a própria compreensão de poder supremo. Logo, a soberania, como elemento primordial do Estado, incorporaria o soberano como legislador – conferindo leis à sociedade – tendo seus poderes limitados apenas pela lei divina. Na associação de tais preceitos com a Guerra Fria, com base na obra de Bodin, o conceito de soberania se torna essencial para a autoafirmação tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética, em sua condição de Estado.

Hobbes afirma, em sua obra, a necessidade da sociedade cívica (através de um contrato criado artificialmente por acordo comum) se forma, visto que no estado de natureza hobbesiano⁶ – estado de guerra de todos contra todos – prevalece a lei do mais forte, não há espaço para as noções de justiça ou injustiça, muito menos para o conceito de propriedade. Segundo Bittar, “o estado cívico constitui a paz entre os homens e permite a vivência entre humanos.” Hobbes, como um contratualista racionalista, discute a máxima concentração, unificação e integração do poder nas mãos do Estado (o Leviatã), como substituto do estado de natureza. A centralidade do poder estatal como regulador do sistema, segundo Hobbes, pode ser relacionada com a relativa estabilidade bipolar, no contexto da Guerra Fria, propiciada pelo controle do poder de governança entre as superpotências norte-americana e soviética, subjugando os demais.

⁵ A soberania seria a racionalização jurídica do arbítrio, resultando na conversão da força em poder legítimo. Logo, na soberania, seria constante a presença de uma autoridade suprema.

⁶ A situação pré-cívica de convívio humano, dada a ausência de autoridade soberana com poder regulador do uso da força, na qual há liberdade ilimitada, não oferece pacificidade nem prosperidade, elevando-se, assim, a necessidade da contenção dos conflitos pessoais.

4 A OPERAÇÃO BROTHER SAM NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA

O paradigma intervencionista e a política de espionagem, abordados no presente capítulo, fizeram parte do cenário internacional nas quatro décadas, as quais abrangeram a Guerra Fria. Após serem discutidas as bases teóricas da ciência política que sustentam a prática da ingerência por parte dos Estados soberanos, preconiza-se a necessidade de estudar um caso em específico, no qual pode ser exemplificado tal modelo. Neste âmbito, observa-se, mais a fundo, o intervencionismo dos Estados Unidos, com a operação Brother Sam, nas premissas dos golpes civis-militares da América Latina, com foco no Brasil, durante o governo de João Goulart (1961-1964).

As intervenções de Washington na América Latina ocorreram em países como Argentina, Chile e Brasil, considerando este último como objeto desta análise. Através de documentos desclassificados pelo governo dos EUA (em 1996 e 2004), confirma-se que os anos anteriores à ação militar do dia 31 de março de 1964, sob os governos dos presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson, revelam como os interesses norte-americanos impactaram a política interna do Brasil e alteraram, de forma enfática, a conjuntura da relação entre o Estado e seus indivíduos. No caso do Brasil, com a elite econômica tendo a sua visão modificada frente ao governo Jango e a classe operária urbana adotando o populismo e, posteriormente, não resistindo ao golpe militar. Destarte, a ideia do paradigma intervencionista estadunidense está relacionada à tentativa de aplicação da Política Externa Independente (PEI) e o período pré-ditadura como uma ameaça ao alinhamento automático com os Estados Unidos, durante o período da Guerra Fria. Ressalta-se, assim, como corolário deste estudo, a inegável simetria entre o receio – por parte da Casa Branca – da solidificação da PEI no Brasil e a aproximação econômica com os países do bloco socialista.

O desenrolar das práticas de controle e cooperação norte-americana à implantação da ditadura civil-militar no Brasil datam já do início de 1961, quando João Goulart assume a presidência. Tal assertiva evidencia-se pela troca de correspondências entre a embaixada dos Estados Unidos, através do embaixador Lincoln Gordon (entre 1961 e 1966) e organismos norte-americanos. A possível tendência comunista de Jango (visto como um esquerdista radical), o iminente encaminhamento do governo brasileiro similar ao estado socialista de Fidel Castro em Cuba, e a necessidade de manutenção da democracia propiciada pela hegemonia estadunidense constituíam alguns dos assuntos tratados nos documentos.

Argumentos estes que serviam, concomitantemente, como premissas utilizadas pela Casa Branca a fim de justificar as estratégias de intervenção elaboradas.

Em um telegrama emitido pela Embaixada dos EUA (no Rio de Janeiro) ao Departamento de Estado em Washington, datado de 27 de março de 1964, o embaixador assegura que Jango trabalhava junto ao Partido Comunista brasileiro – ou seja, pró-URSS – a fim de “adquirir poderes ditatoriais”, bem como que as forças conspiratórias visando à deposição do presidente necessitavam do suporte norte-americano. Veja-se um fragmento do documento:

2. MY CONSIDERED CONCLUSION IS THAT GOULART IS NOW DEFINITELY ENGAGED ON CAMPAIGN TO SEIZE DICTATORIAL POWER, ACCEPTING THE ACTIVE COLLABORATION OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY, AND OF OTHER RADICAL LEFT REVOLUTIONARIES TO THIS END. IF HE WERE TO SUCCEED IT IS MORE THAN LIKELY THAT BRAZIL WOULD COME UNDER FULL COMMUNIST CONTROL, EVEN THOUGH GOULART MIGHT HOPE TO TURN AGAINST HIS COMMUNIST SUPPORTERS ON THE PERONIST MODEL WHICH I BELIEVE HE PERSONALLY PREFERS.

A “Operação Brother Sam” consistia-se, desta forma, em uma política de intervenção e espionagem estadunidense, durante o período da Guerra Fria, frente ao governo brasileiro, na justificativa do combate ao avante comunista. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon, em um dos documentos desclassificados, chega a recomendar o envio de armamentos, combustíveis e mantimentos aos líderes políticos, os quais se posicionavam contra o, então, esquerdismo de João Goulart. Gordon adverte ao Departamento de Estado para avançar militarmente caso haja resistência ao golpe. Ao final, a real intervenção militar e naval estadunidense não se fez necessária, dado que a tomada de poder não enfrentou resistência de fato, tendo João Goulart deposto e exilado no Uruguai, em 04 de abril de 1964.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um panorama histórico geral da Guerra Fria, preconiza-se como a Guerra Fria, ainda que definida como conflito e possuindo o fator nuclear, de certa forma,

regulamentou as relações entre os Estados e estabilizou, por determinado tempo, a ordem mundial. A deflagração, todavia, abrangeu também de forma indireta intervenções por parte de ambas as superpotências na busca por adquirir maior soberania, em um concerto internacional bipolar.

A ciência política entra neste âmbito, ao explicar com base na obra de pensadores e cientistas políticos – Maquiavel, Bodin e Hobbes – como o modelo intervencionista vai de encontro com a teoria realista e a prevalência do Estado como ator central, legislador, intervencionista e soberano.

A relevância da Operação Brother Sam na discussão acerca do paradigma intervencionista sob a América Latina apresenta-se, então, irrefutável. Visto que a Operação abrangia toda a força militar da Frota do Caribe. As forças norte-americanas carregavam armamentos, munição e combustível a fim de promover o suporte necessário aos militares, no caso de uma possível resistência ao Golpe. O reforço militar americano foi chamado de volta em 03 de abril de 1964, dado o desfecho dos acontecimentos. Lincoln Gordon chamou o deslocamento da Frota do Caribe de um “exercício simulado”, para encobertar o plano.

O envolvimento do governo dos EUA, ainda que evidente, foi negado pelas autoridades até 1976, quando o repórter Marcos Sá Correa, teve acesso aos documentos desclassificados provando a veracidade da Operação Brother Sam. Recentemente, acontecimentos envolvendo Washington e denúncias de espionagem demonstram a atemporalidade do modelo intervencionista exercido pelos Estados na busca por soberania, conforme a importância de seus próprios interesses no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

BITTAR, E. C. B. **Curso de Filosofia Política**. São Paulo, 2011.

FICO, C. **O Grande Irmão: Da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo**. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

KENNEDY, P. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro, 1989.

LOHBAUER, C. **História das Relações Internacionais II: "O Século XX: do declínio europeu à Era Global"**. Rio de Janeiro, 2005.

TAVARES, C. G. **O dia que durou 21 anos**: Documentário. Disponível em:



<http://www.youtube.com/watch?v=OWKnNo2jjkw> > Acesso em: 10 abril 2014.

VIZENTINI, P. F. **A nova ordem global: Relações Internacionais do século 20.** São Paulo, 1996.

VIZENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D. **História do Mundo Contemporâneo.** Rio de Janeiro, 2008.